

Entrevista com o Professor Daniel Munduruku

Local: Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Data: 04/11/2010

Entrevista realizada por Roma Gonçalves Lemos

Gostaria que você se apresentasse e nos falasse um pouco sobre sua etnia (história, trajetória)

Sou Daniel, sou do povo Munduruku. O povo Munduruku está presente em três Estados brasileiros: Pará, Amazonas e Mato Grosso, sendo que o maior número está no Pará, aproximadamente 12.000 pessoas. No Amazonas tem um grupo de mais ou menos 1.300 pessoas e no Mato Grosso um número menor, pois é um grupo que foi migrando, saindo do Pará para Mato Grosso. Hoje são aproximadamente 200 pessoas que vivem numa reserva com outros dois povos. São povos que já vivem no norte do Mato Grosso há muito tempo, um deles é o povo Apiaká, que acolheu uma parte do povo Munduruku. Nosso povo tem contato com a sociedade brasileira há mais de 300 anos, portanto, um povo que teve de adaptar sua cultura à nova realidade. Um povo muito batalhador.

A palavra Munduruku significa formigas gigantes, formigas guerreiras, que é uma alusão ao espírito guerreiro do nosso povo. Os Munduruku eram um povo terrível no sentido da guerra, ou seja, era um povo muito bem preparado para guerra. A gente recebia e ainda recebe a educação do guerreiro, nesse sentido a postura e disciplina são fundamentais. No passado, tínhamos um hábito guerreiro muito temido pelos outros povos, que era o hábito de cortar a cabeça dos inimigos em guerra o que era transformado em troféus. Isso tinha todo um sentido espiritual, mágico, e que fazia com que o nosso povo fosse muito temido naquela região. Éramos conhecidos também, ainda somos como, o povo caçador de cabeça. Isso tudo dava ao nosso povo uma aura de mistério, de coisa terrível, como também dava uma aura de poder, de domínio. Então, nosso povo ficou conhecido assim.

Naturalmente que a maioria da população brasileira não conhece o povo Munduruku, mal ela conhece um sujeito que ela chama de índio, genericamente, nunca no específico. Essas particularidades de cada povo é o que dá a eles identidade como povo. Então, os Munduruku têm essas características. Eu nasci dentro desse povo, portanto, fui educado dentro desses conceitos de resistência, guerra e disciplina. Não sou tão disciplinado assim, obviamente porque sou de outra geração, uma geração bem posterior que já foi vítima de uma série de invasões no nosso território. Uma geração nova, que vai sendo criada não mais para a guerra física, mas para a guerra política, uma guerra mais simbólica.

Como foi o seu processo educacional e como foi se formando a sua identidade como escritor?

Nasci, me formei, fui educado, tornei-me adulto e isso depois me fez sair de lá, pois tinha muito desejo de estudar e de conhecer as coisas. Sempre tive contato com a sociedade brasileira, pois estudei dentro do espírito do ocidente e isso me deu um campo de possibilidades muito grande. Fui educado dentro da cultura Munduruku que é pautada pela oralidade, pela magia e pelo mistério, com o perfil de guerreiro, espiritualidade e tradição ensinados pelos nossos avôs e avós, e ao mesmo tempo tive de defrontar-me com uma sociedade ocidental, que é uma sociedade movida pela tecnologia, pelo desenvolvimento, individualismo, por uma gana muito grande de riquezas, portanto uma luta individual que as pessoas tem que travar no dia-a-dia. Dentro dessa perspectiva de vir para a cidade e de viver dentro do espírito do ocidente, também, eu pude aliar essas diversas orientações, ainda mais que cursei Filosofia, nessa universidade que nós estamos hoje. Meus estudos abriram muito a minha cabeça. Foi exatamente aí que eu me encontrei mais como Munduruku e pude reafirmar ainda mais a minha identidade Munduruku. Foi no contato com o conhecimento da sociedade e da ciência não indígena, que pude fazer reflexões e estas me provocaram uma maneira de olhar para a sociedade, fazendo-me juntar o lado ocidental com meu lado Munduruku. Essa junção deu muito certo porque da mesma maneira que eu sou um guerreiro Munduruku, eu transformei esse meu espírito de guerra dentro da sociedade ocidental na perspectiva de me tornar um sobrevivente, e não um sobrevivente qualquer, mas um sobrevivente que pode oferecer uma alternativa. Alternativa como fazem os estrategistas, a estratégia nossa de

sobrevivência é uma estratégia que tem dado certo e isso é o que eu procuro trazer para dentro da sociedade. Se antes eu achava que sendo professor eu poderia fazer isso, depois eu vi que não bastava, eu precisava estar um pouco mais além de ser um educador, de ser um professor para que a minha mensagem chegasse mais longe e foi aí que entrou a literatura.

A literatura, digamos que foi um salto de qualidade daquilo que eu me preparei para fazer, que era educar a sociedade brasileira. Foi então, que eu percebi que com o livro eu chegaria muito mais longe, muito mais distante e isso acabou acontecendo porque além do livro chegar longe, ele me leva pra bem longe também, ele me carrega. Eu faço o livro, mas quem me carrega é o livro, porque ele me abre outras perspectivas, outras possibilidades, abre outras portas, que às vezes, são portas das Universidades, porta do colégio daquela criança pequena, a porta do Ensino Médio, enfim, abre portas que permitem que eu expresse meu pensamento para as pessoas. Esse pensamento não é um pensamento absolutamente ocidental, isso é claro pra mim. Eu não faço apologia do saber ocidental, eu uso o saber ocidental para fazer apologia do saber indígena. O que eu quero trazer para as pessoas é a mensagem daquilo que o Munduruku pode oferecer para a sociedade, enquanto sabedores que são das coisas da natureza, da humanidade, do ser humano. Então, essa tem sido a minha perspectiva e como um indígena Munduruku que sou, como um nativo Munduruku que sou, eu tenho me esforçado muito para mostrar para as pessoas essa riqueza que a sociedade Munduruku tem. Nem sempre é fácil, não é um caminho que dê para fazer correndo, tem que ser lento e eu aprendi a ter paciência, porque essa é uma das coisas que um guerreiro tem que aprender para saber se colocar, preparar seu ataque de uma forma muito bem pensada, não ter pressa, saber que em batalhas encontra-se muitos revezes. Isso ao invés de acuar a gente, nos leva a pensar além, para poder dar o salto que a gente precisa dar. Então eu acho que tenho me pautado um pouco por isso, pelo meu espírito guerreiro, por um saber que eu adquiri dentro da minha sociedade e da sociedade ocidental. Eu não sou nenhum modelo pra ninguém, nunca tive a pretensão de ter seguidores ou coisa parecida, eu tenho percebido que a escrita que eu tenho feito, tem ajudado as pessoas a se orientarem de outra maneira. Eu tenho ouvido muito isso pelos lugares onde passo: 'Olha depois que você disse aquilo eu mudei o meu jeito de ver a questão indígena', 'eu não faço mais aquele tipo de trabalho que eu fazia antigamente'. Então, penso que esse é o resultado mais possível que se possa querer e é claro que eu sei também, que um pouco das coisas que eu falo, e que provoco por aí tem modificado inclusive, politicamente

muitos lugares, pois o prefeito, o secretário de educação começam a pensar, a criar novas dinâmicas, mudar o jeito e a orientação que ele dá, criando políticas públicas. Alguns municípios têm mudado a sua legislação em função um pouco das falas que eu faço, e não são falas definitivas, são falas provocativas. O que eu faço com as pessoas é *jogar piolho*, eu costumo dizer, eu *jogo piolho* para as pessoas ficarem coçando a cabeça e nesse ato de coçar a cabeça que é o ato de refletir. As pessoas falam: 'poxa vida, realmente não tinha pensado assim'. Eu acho que essa é a contribuição que um intelectual pode dar para a sociedade, além é claro de se tornar presidente da República, pode também, mas não é isso o que se quer, não é isso o que se busca. Busca-se a mudança aqui no pontual, para que esse pontual vá minando e aí sim, haja uma mudança estrutural.

E você acha que nós educadores podemos contribuir para essa mudança?

Eu tenho apostado nisso. O propósito de eu ter me tornado educador é de poder provocar nos educadores a transformação. Eu costumo dizer quando falo aos educadores, que um educador não pode ser água parada. O educador tem que ser água corrente. Água parada torna o rio podre, fedido, torna o rio inabitado, os peixes não vão mais aparecer ali, as crianças não vão mais brincar ali. Então, o educador que é água parada, ele é tudo menos educador, ele pode ser qualquer outra coisa, mas não pode ser educador. Porque o educador é rio corrente, é água corrente. As crianças têm que olhar pra ele e dizer: 'naquela água eu quero mergulhar porque ali tem vida'. Por isso, não dá pra ser um professor parado no tempo. E o que aconteceu com o nosso sistema educacional? Ele ensinou os professores a ficarem parados, a acharem que o conhecimento que eles recebem na Academia é o suficiente para ensinarem às crianças e aí não se atualizam. Um tema como esse da questão indígena, é um tema muito difícil e nenhuma universidade no Brasil, nos últimos dez anos trata a questão indígena e como colocar isso em sala de aula. É claro que, o professor que aprendeu aquele cânone do conhecimento estabelecido, de que a História foi feita daquele jeito, que Geografia é assim, que política é daquele jeito, ele acaba aceitando aquilo como verdade absoluta. Passa a reproduzir do seu jeito, às vezes dinamicamente, às vezes não, mas ele está reproduzindo um conhecimento parado no tempo, é aí que o professor se acomoda e vira água parada. Então, como ninguém ensina na universidade como lidar com a temática indígena, aquele professor acaba aceitando que aquilo que ele aprendeu quando era

criança na escola e o que a professora passava, seja a verdade. Ele tem a memória e na memória dele está dito que no dia do índio, 19 de abril, ele tem que fazer uma atividade com as crianças. E que atividade vai ser essa? Aquela que a professora ensinou para ele há 20, 15 10 anos atrás.

Então o professor diz que trabalhou a cultura indígena no Dia do Índio?

Pois é, ele diz: 'no dia do índio a gente faz isso', muito feliz da vida achando que ele está arrasando, mas na verdade ele está reproduzindo o estereótipo, inocentemente às vezes, porque a ignorância leva a isso. A gente faz com muito boa fé, com boa intenção: 'eu gosto do índio, então, eu faço um trabalho em favor do índio'. Porque ele acha que fazendo as pinturinhas, os desenhinhos para a criança pintar, ela tá contribuindo e inventando a roda, o pão, a grande descoberta. Quando na verdade, ela está reproduzindo um estereótipo, algo velho, antigo e que não vai mudar em nada, pois não condiz com a realidade, não condiz com as novas tecnologias que as crianças inclusive, já estão manipulando. Então, o professor acaba se tornando um ser acomodado. A desculpa muitas vezes é a de que ganha pouco, tem que trabalhar demais, não tem tempo para preparar as aulas. Em toda profissão você trabalha o que tem que trabalhar. Tem que estudar, se qualificar e se preparar. Não tem tempo pra fazer isso? Então paciência, vai ser outra coisa que não precise disso. Não dá pra alguém dizer: 'eu adoro ser professor' e ser acomodado, não combina. Se você gosta da sua profissão, se você realmente aceita isso como uma coisa da sua vida, como sua profissão de fé, eu costumo dizer que para ser professor, a gente tem que professar a nossa fé no ser humano. E que ser humano é esse? É aquele que está à nossa frente, sedento de conhecimento. Se você não acredita nesse ser humano, você não pode ser professor.

Como foi o seu encontro com o INBRAPI?

O embrião do INBRAPI (Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual) foi no ano de 2001, quando no Maranhão aconteceu o primeiro encontro de pajés, isso foi uma coisa inédita no Brasil e eu estava lá. Ali surgiu a ideia de formar uma comissão para pensar um jeito de proteger os conhecimentos tradicionais. Foi um encontro onde se discutiu muito a biopirataria, muitas questões ligadas ao roubo dos fármacos indígenas e tudo mais do conhecimento indígena. Então saiu dali uma pequena comissão que era

formada por estudantes e intelectuais indígenas e, eu fiz parte dessa primeira comissão que se chamava CIPI (Comissão Indígena da Propriedade Intelectual). Essa comissão depois se encontrou várias vezes, em vários lugares. Nós fomos divulgando a idéia, tentando fazer com que as pessoas entendessem o que era uma comissão assim, até que ela evoluiu para a criação de uma instituição, passando a ser o INBRAPI. Eu na ocasião assumi uma função dentro dessa nova Instituição, porque o INBRAPI nasceu com a função legalista. A ideia era criar e defender leis que protegessem o conhecimento tradicional e isso tem tudo a ver com os advogados indígenas, era uma ONG criada por e para os advogados indígenas, com alguns educadores como é o meu caso, mas nós não estávamos à frente disso, nós ficávamos na retaguarda. Os diretores tinham que ser advogados. O INBRAPI criado então, dessa maneira, cresceu e até que em 2003 ele se elevou à uma instituição formalizada. A partir daí passou a atuar no Brasil, discutindo largamente a questão da propriedade intelectual, fazendo encontros, divulgando e criando publicações, participando de debates com o Governo e participando de eventos internacionais. O INBRAPI em dois, três anos de existência já era mais conhecido do que muitas outras ONG's que têm 20 anos de existência. Isso se deve justamente, porque entramos numa questão nevrálgica dentro da sociedade brasileira, que é a questão da propriedade intelectual. Isso tinha e tem haver com a biopirataria que é aonde entram as grandes empresas explorando e roubando o conhecimento tradicional. Então, quando essa Instituição apareceu, com essa competência nunca vista, imediatamente começamos a ser chamados para todos os lugares, para falar sobre o tema e a Instituição.

O INBRAPI cresceu e como sempre teve o propósito de ser uma ONG autônoma, alguns dos diretores estavam ligados ao serviço público, ou eram funcionários públicos, ou eram comissionados, a gente achou por bem se livrar dessa amarra institucional e solicitamos para que num próximo mandato, essas pessoas abrissem mão dos cargos, para não haver depois conflitos de interesse. Nós nos pautamos sempre pela transparência, não queríamos ser Governo e também não queríamos que o governo depois dissesse: 'olha, mas ele é funcionário público, recebe o dinheiro do Estado'. Então, nós bloqueamos isso e foi aí que eu assumi a diretoria presidencial em 2007 e estou nela até o final desse mandato que termina em 2011.

O INBRAPI é uma Instituição realmente reconhecida, justamente porque nós temos uma prestação de contas muito rígida e tem uma atuação muito competente, é uma instituição que tem lisura e competência. Esses dois elementos, para nós, sempre foram

ponto de honra. A minha intenção é que o INBRAPI também se torne uma escola, um espaço de formação de novos líderes para essa temática.

Desde a fundação nós pensávamos que o INBRAPI deveria ser uma instituição que desenvolvesse programas, projetos, e aí nós achamos que para atuação deveríamos nos dividir em núcleos. Esses atuavam de forma independente, todos eles dentro de um código de conduta, mas cada um pudesse desenvolver alguns projetos. A questão da propriedade intelectual não é só uma questão de advogados, foi por isso que começamos a pensar nos núcleos. O primeiro deles foi o NEArIn, o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas, depois a gente ampliou pois entendemos que a literatura é mais ampla do que apenas escritores. Então, incluímos nesse núcleo os artistas indígenas: ilustradores, músicos, artesãos, pois também têm tudo a ver com a propriedade intelectual.

Posteriormente, por uma solicitação de Eliane Potiguara, que faz parte da diretoria, foi criado o NuMIn (Núcleo de Mulheres Indígenas), para discutir as questões relativas às mulheres. O que foi muito pertinente, porque as mulheres são as grandes responsáveis pela criação, e a criação tem tudo a ver com a propriedade intelectual. O NAI (Núcleo de Advogados Indígenas) já fazia parte da Instituição e mais recentemente foi criado o NEI (Núcleo de Educação Indígena) que é coordenado pela Andila Kaingang, do sul do Brasil. Assim os núcleos tinham possibilidade de trafegar pelo Brasil inteiro. Agora por exemplo, a nossa diretora executiva, Lucia Fernando está no Japão em uma discussão sobre a biodiversidade. Na perspectiva indígena, quem discute sobre biodiversidade no Brasil é o INBRAPI. Ela circula o mundo inteiro vendo essas questões, representando e preparando outros indígenas para exercer esse papel.

Como o trabalho do INBRAPI e posteriormente do NEARIN contribuem no sentido de viabilizar a inserção da literatura indígena no mercado editorial e outros espaços afins?

Nós entendemos que a arte que o NEArIn defende é universal, e que a literatura que fazemos também é universal, ela não é focada somente para as nossas aldeias, focadas para o nosso grupo, é uma literatura focada no universo.

A literatura indígena tem a intenção de ser um patrimônio cultural dos povos indígenas?

Acreditamos que sim, nós entendemos que existe a oralidade e essa também é uma literatura. É claro que a universidade ainda não aceita isso muito bem, porque ainda não está no cânone. Mas entendemos que a literatura oral é tão importante quanto a literatura escrita. Elas não “brigam”, mas se complementam. A palavra da gente tem um limite, existe o limite da voz, mas o livro não tem uma barreira, ele pode estar aqui, pode estar lá do outro lado do mundo, do mesmo jeito que hoje em dia a tecnologia permite que a voz esteja também. O livro, mais do que a voz, é um instrumento permanente, as pessoas agarram ele, abraçam ele, não se pode fazer isso com a voz. Então ele acaba virando um objeto de afeto.

Temos defendido nossa literatura escrita sem “brigar” com a oralidade. Sabemos que a oralidade é fundamental, importante e por isso temos que defendê-la e disseminar o conhecimento indígena. Achamos que a humanidade tem que ter acesso a esse conhecimento, assim como tem a obrigação de protegê-lo. O nosso trabalho é fazer essa intermediação. Então, nós temos aberto possibilidades para que a literatura indígena perfaça um caminho que seja bom não só para mim, que já sou um autor relativamente bem conhecido, mas para outros autores, que venham e que possam se revelar até melhores. É preciso que a oportunidade seja dada. Oportunidade que talvez eu não tenha tido, pois nenhum outro indígena tinha feito o que eu fiz em termos literários, mas eu não posso achar que com isso eu tenha chegado ao máximo. Eu acho que o meu máximo é aquele que vai me superar e eu tenho que lutar para a formação desse próximo que vai chegar, que vai estudar mais do que eu, que vai escrever mais, e que seja assim.

Então, o NEArIn quando faz o encontro de escritores não é só para mostrar que há uma produção literária, mas para mostrar que existem vozes múltiplas. Não é uma única voz, não é a voz do Daniel Munduruku. É uma voz múltipla e é importante que seja assim, porque são múltiplos os vários olhares indígenas.

As editoras impõem aos autores algum tipo de estilo para a veiculação?

Não. O que as editoras fazem é preparar os textos. Esses textos não são tão simples, pois a escrita é uma novidade entre os indígenas e, nós não aprendemos a escrever, nós aprendemos a falar. Então, quando colocamos a nossa fala no escrito, nem sempre sai tão perfeito quanto a voz, quanto a fala, quanto a entonação. Então as editoras têm que buscar burilar esses textos, pois são textos bons, histórias boas, bem contadas oralmente, mas na escrita às vezes nem sempre são bem contadas. Então, é

preciso adaptá-las. Mas as editoras nunca fazem isso sem autorização. Eu tenho acompanhado vários livros nesse sentido. A editora envia para o escritor, esse por sua vez envia de volta, há um diálogo. Os escritores indígenas por sua vez precisam saber como funciona o mercado editorial, como funciona uma editora, a venda de um livro. E nós temos buscado fazer isso em nossos encontros, em bate-papo com os editores, e estes contam o processo de se fazer um livro, as pessoas envolvidas no processo. O NEArIn tem buscado fazer esse trabalho e sobretudo feito com que os indígenas tenham essa autonomia, porque não é o NEArIn que produz livro, são os escritores. O núcleo faz a intermediação, abre caminho para as editoras e faz com que os próprios autores conversem com o mercado editorial.

A literatura indígena tem chegado às aldeias?

Tem chegado às aldeias através de programas de compra do Governo. Acontece que qualquer livro que chegue à escola, se esta não estiver preparada para recebê-lo, ele vira estante e só. Eu vejo que as escolas daqui mantêm os livros acumulados no que eles chamam de sala de leitura, que nunca está aberta. Tem alguns livros meus que chegam às aldeias e que seu sei que são muito bem trabalhados e em outras estão lacrados. Então chega às escolas, mas o hábito de ler é o que determina a importância de um espaço de leitura. Se as pessoas não têm hábito, as salas viram apenas um depósito de livros. Para virar espaço de leitura, tem que criar o hábito. Aí, entra a função da escola.

De que forma a literatura indígena pode contribuir para a implementação da lei 11.645/08? Como você vê isso?

Essa é uma lei meio dúbia, porque fala da História e da cultura indígena, mas como uma coisa linear, como se os indígenas tivessem uma História linear. A lei precisa ser pensada de uma forma circular. Não se pode dizer: 'vamos contar a História do índio'. Mas quem conta a História do índio? Quem tem contado essa História é o não-índio. Aonde o professor vai encontrar material para isso? No livro de História que ele já dá em sala de aula. Quando a literatura é descoberta pelos educadores, pelos professores ela passa a ter um papel fundamental, pois aí eles não vão trabalhar a História linear. Eles vão começar a perceber que a História narrada pelos indígenas, seja na forma escrita ou oral, ela é uma História circular. Logo, não tem começo nem fim. No círculo não existe

começo, meio e fim. Isso é mudar a visão. É isso que eu disse a você anteriormente, que eu vejo acontecer pelo Brasil. As pessoas às vezes, se tocam que contar uma História, contar um mito, não é só uma ficção. Ali naquele mito, já está inclusa a História daquele povo, o entendimento dele sobre o universo, sobre espiritualidade. Então, os educadores e os educandos passam a entender aquele mito, como parte integrante da organização daquele povo. Não tem a mesma lógica ocidental linear. É uma lógica circular, que permite que os não-indígenas entrem também no círculo e percebam que é uma verdade. Eu acho que a literatura indígena tem esse impacto sobre a lei. Agora, quem lê o mito apenas com a cabeça ocidental linear, é sempre surpreendido por uma incompreensão, porque querem entender de fato, com a cabeça, com a lógica e o mito não é feito de lógica, é feito de verdades. E verdades nem sempre são lineares. Por isso não se pode ser genérico. Essa lei generaliza.

Para se trabalhar a lei adequadamente, é preciso que a escola eleja um grupo de indígenas ou eleja uma região do Brasil para trabalhar com os alunos e faça isso gradualmente. De maneira que venha a ser uma linearidade, contudo uma linearidade dinâmica. Então, daria para fazer isso, cada ano estudar uma região e seus povos, porque então a criança vai percebendo as várias tonalidades das histórias, dos contos, das regiões.

Como você vê a sua inserção no mundo acadêmico do ponto de vista subjetivo e do ponto de vista objetivo em relação aos seus pares (parentes)?

Do meu ponto de vista pessoal, não mudou absolutamente nada ser doutor, é claro que há um orgulho pessoal pela conquista. Eu cheguei várias vezes a pensar em desistir, pensando que eu já tinha um nome conhecido, uma profissão definida, meu sustento já estava mais ou menos determinado, então eu pensava que poderia parar. Todas as vezes que eu pensava nisso, me vinha à cabeça que eu não havia chegado ali sozinho. Seria um desrespeito a todos aqueles que se sacrificaram inclusive minha família, para eu estar aqui hoje e eu simplesmente virar as costas para tudo e dizer 'não quero mais'. Toda vez que eu pensava nessas coisas, despertava em mim algo que dizia: eu tenho um compromisso que não é só meu, mas que também é do meu povo e de todos os outros povos. Eu percebia também que de certa maneira havia olhares dos meus parentes indígenas sobre mim, considerando que se eu havia chegado até esse nível, eles também poderiam chegar. E se eu desistisse, alguns desistiriam também. Então, eu sempre me

alertava para isso. Olhava para o passado e pensava, que eu tenho uma ancestralidade comigo que não posso negar. Existem os que estão lado a lado comigo no movimento indígena e existem também aqueles que mais tarde vão se espelhar nisso para seguir em frente. Havia todo esse componente dentro de mim que ficava gritando, então resolvi encarar, seguir em frente e concluir com algum êxito esse meu empreendimento. É claro, muito contente pela conquista e sabendo também que assim eu consigo colocar a voz dos povos indígenas e ter respeito, pois quem fala é alguém que conhece os caminhos da Academia.

Eu nunca quis estudar com a intenção de ser professor universitário, porque não era uma profissão, o que eu estava buscando. O que eu buscava na verdade, era um ideal, que como eu falei, tinha tudo a ver com esse meu entorno. Por outro lado, eu sempre alimentei a ideia de que é preciso criar centros de excelência, centros de formação para os indígenas. Para eu pleitear isso é necessário que nós tenhamos doutores, ou seja, que a gente tenha o papel que dê a credencial para que possamos abrir esses centros de excelência. Eu sempre pensei numa universidade indígena, criada por indígenas, mantida por indígenas e ter seu corpo docente formado por indígenas. E para isso precisamos ter o ritual, que na verdade já faz parte do nosso povo, do nosso cotidiano, mas o ritual que também faz parte da universidade. Foi isso o que me alimentou e me motivou a ir em frente.

Como você percebe que a literatura indianista divulgada nas escolas não-indígenas retrata o indígena?

Eu penso que os professores não trabalham literatura indígena nenhuma, nem os romancistas que tinham seus personagens indígenas, como é o caso de José de Alencar. As escolas não fomentam o gosto pela leitura de nenhum tema, de indígena então, muito menos. Eu sei disso porque tenho acompanhado algumas escolas há algum tempo e quando estas tratam a literatura, normalmente é uma literatura portuguesa de Fernando Pessoa ou literatura brasileira tipo Machado de Assis. Quando tem um professor que gosta de literatura, ele meio que induz os alunos a gostarem também. O que a escola trata sobre temática indígena é o Dia do Índio e aí não entra a literatura. O que entra é o folclore, a coisa morta, entra o passado.

O que as escolas têm é que recuperar. Acho que tem bons autores como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, que não eram literatos, eles eram acadêmicos que faziam

literatura algumas vezes. Eles eram antropólogos, sociólogos. Eles refletem o pensamento da sua época. O José de Alencar, por exemplo, era um defensor dos índios, mas num tempo em que as pessoas não conviviam, não sabiam, não tinham consciência do que era o índio. Na época do Alencar, o índio era um ser imaginário, por isso, ele criava os seus personagens daquela maneira: doces ou muito malvados. Uma literatura mais pautada na realidade, quem fez foi o Darcy Ribeiro, porque foi alguém que viveu essa realidade. Agora, quando se estuda essa literatura brasileira, não se pode negar o efeito que essa literatura tem sobre as pessoas, não se pode deixar de ler o José de Alencar, o que se pode fazer é colocá-lo dentro dos parâmetros do seu tempo. Esse é um bom momento do educador formar a cabeça dos estudantes, e dizer: 'você estão lendo uma literatura, cujo tempo em que foi escrita a realidade era pensada desta forma'. Você pode, por exemplo, ler o José de Alencar e ler o Alberto Mussa e fazer um paralelo entre os dois para perceber como está a realidade hoje. O que não se pode afirmar é que, o que o Alencar e o Mussa escrevem, seja verdade absoluta. Eles estão calçados numa temporalidade diferente um do outro. É claro que o Mussa tem muito mais haver com os nossos dias que o Alencar tinha, ele não podia ser um profeta, ele era um escritor que compilava coisas que ele vivia. O Mussa também compilou coisas, mas tem muito mais verdade para os nossos dias o que ele escreveu. Então, não se pode deixar de ler o Gilberto Freyre¹. O que se tem a fazer é dizer que o que ele escreveu já avançou e que foi importante que ele escrevesse aquilo, naquela ocasião, para que nos dias de hoje alguém possa fazer a crítica.

Até dez anos atrás não se pensava que o índio podia escrever livro, no entanto, hoje isso é uma demanda, existem editoras que procuram autores indígenas. Elas estão aproveitando o momento econômico e o momento ideológico, que é o de colocar a temática indígena na escola. E quem é que pode falar disso? Existe uma compreensão das editoras de que é importante alimentar o mercado com literatura escrita pelos indígenas.

Para referência desta página:

MUNDURUKU, Daniel. Entrevista [nov. 2010] Entrevistadora: Roma Gonçalves Lemos. Rio de Janeiro: Pedagogia em Foco, 19 nov. 2010.

¹ Casa-Grande & Senzala.